

CASA DOS CONTOS - POTENCIALIDADES DE PESQUISAS

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
Universidade Federal Fluminense

:: Resumo ::

Um dos maiores acervos de documentos e séries documentais inéditas a respeito da história econômica de Minas Gerais vem sendo organizado. Distribuído por três instituições - Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional - os originais da coleção *Casa dos Contos* (mais de 5.000 códi­ces e número aproximado de 100.000 documentos avulsos distribuídos por mais de 500 caixas) reservam um potencial de pesquisa dos mais respeitáveis.

A proposta de comunicação quer tirar proveito do variado elenco de pesquisadores presente no encontro e apresentar um panorama deste material, demonstrar as diversas possibilidades que a documentação encerra e discutir a natureza dos instrumentos de pesquisa que vêm sendo formulados.

O projeto de edição do primeiro inventário completo dos livros, ou códi­ces do acervo (*Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891. Coord. Caio Boschi, Carmen Moreno e Luciano Figueiredo. Belo Horizonte: Puc/Minas; Fapemig, 2006.*), assim como a organização dos documentos avulsos do Arquivo Nacional e a preparação do inventário dos avulsos conta com a participação de pesquisadores como Ângelo Carrara, Caio César Boschi, Paulo Miguel Moreira, Renato Pinto Venâncio, dentre outros.

Palavras-chaves: administração fazendária - documentação - casa dos contos

"Casa dos Contos" é atribuição excêntrica oferecida a um conjunto de documentos que não integram uma genealogia administrativa mas, por obra do capricho, descaso e ironia, estiveram outrora depositados no respeitável prédio de Ouro Preto.

Se é difícil identificar essas origens para o Brasil, a genealogia da instituição em Portugal possui alguma clareza. No reino, a instituição com esse nome foi criada no início do século XVI, em 1516, sendo o núcleo central de controle das receitas e despesas do reino e de suas colônias, logo cuidando das finanças do reino e da casa real. Sob a União ibérica tornar-se-ia uma das repartições subordinadas ao Conselho de Fazenda a partir de 1591 até a reforma do Erário Régio em 1761. Em paralelo, vigia em Portugal o "regimento dos Contos" que, desde meados do século XVII, regulava todos os negócios da Fazenda. Seria extinto também em 1761 com as novas orientações legais com as reformas pombalinas que reorganizam a administração.

Ainda que que a administração fazendária em Minas Gerais estivesse sob orientação do "Regimento dos Contos" que em Portugal concentrava toda a sorte de receitas e despesas ligadas ao Estado, incluindo suas colônias (até a criação do Erário Régio em 1761), a paridade não explica a designação que no Brasil, especialmente em Minas Gerais, se adotou.

Desde a descoberta das minas, e da adoção do regimento de 1702 que instituiu a autoridade do superintendente e guarda-mor para cuidar dos negócios da fazenda real, passando pela criação do cargo de provedor-mor da fazenda, das intendências do ouro e do diamante e casa da Moeda anos mais tarde, e das juntas de fazenda em torno de 1770, e de muitas outras mudanças que se seguem, pouco se ouve falar em "Casa dos Contos". As atribuições ligadas às finanças estavam espalhadas passando por inúmeras instâncias: governador, câmara e as instâncias propriamente fazendárias, mas "contos" ali ou eram contos de réis das fortunas ou uma repartição portuguesa dentro do Conselho de Fazenda ou uma designação genérica para o controle fazendário ("fazenda e contos") nas capitanias no Brasil.

Em Minas a referência a "Casa de contos" apareceria pela primeira vez em 1722, com alguma descrição, e alude a uma espécie de casa-forte que se demandava ao rei construir a fim de guardar o ouro arrecadado. A primeira delas foi construída em Vila Rica logo em seguida, sendo então chamada "casa dos contos e fazenda". Não sem constrangimentos pois el Rei manifesta estranheza com esta designação, assinalando que havia em Portugal a instituição. Talvez o incomodasse a impropriedade do empréstimo de um título reinol de tamanha importância para instâncias modestas e subordinadas do além-mar. Ainda assim em várias partes do Brasil se empregaria a mesma designação para esse tipo de casa forte.

Não se sabe se por respeito ao estranhamento do rei, ou graças ao progressivo aperfeiçoamento das instâncias fazendárias em Minas, com a criação de diversas instituições destinadas ao administração fiscal que tornariam inexpressiva a acanhada casa forte, o termo praticamente desapareceria.

Cinquenta anos depois reapareceria a Casa dos contos, agora com uma fina estampa pois designa, a partir de 1772, as instalações onde funcionava a junta da real fazenda da capitania de Minas Gerais criada pelas reformas pombalinas e que passa a recolher a documentação de suas vastas atividades. Porém o percurso só chega ao fim com os efeitos destas mesmas reformas. Em fins do século XVIII - década de 80? - a pressão portuguesa sobre os contratadores-banqueiros com suas dívidas traz efeitos nefastos sobre muitas dessas fortunas. A tomada pela Real fazenda depois da ruína do contratador da bela residência do magnata dos contratos das Minas João Roiz de Macedo, em Vila Rica, em cujo térreo funcionava o escritório de seu milionário negócio de contratos - e por isso conhecida por "casa do real contrato" - traz para o prédio a designação que tem até hoje.

A ironia do destino acaba por abrigar na casa de um inadimplente contratador as provas documentais de todo o movimento fiscal da capitania. A desorganização e a inexistência de uma política arquivística faria o resto no século XIX ao fazer convergir para lá grande parte dos papéis relacionados a fazenda da província de Minas formando verdadeiro depósito de papéis ao abrigo da "Casa dos Contos".

A partir de 1919, em 1922 por ocasião das comemorações do centenário da independência todo o fundo arquivístico ali depositado é transferido para o Arquivo nacional e BN que por inércia respeitam a designação e abandonam os documentos, deixados sem organização até anos recentes. E "Casa dos contos" ficam um acervo e um prédio suntuoso.

O poema de Manuel Bandeira, em um misto de ufanismo e ironia, parece assinalar a degradação do prédio:

"Ouro branco!Ouro Preto!Ouro podre!De cada
Ribeirão trepidante e de cada recosto
De montanha o metal rolou na cascalhada
Para o fausto d'El-Rei, para a glória do imposto.

Que resta do esplendor de outrora? Quase nada:
Pedras... templos que são fantasmas ao sol-posto.
Esta agência postal era a Casa de Entrada...
Este escombros foi um solar...Cinza e desgosto!

- Manuel Bandeira. Ouro Preto (in: Lira dos cinquent'anos)

O centro sul da América portuguesa conheceu desde os finais do século XVII uma experiência histórica que marcaria os destinos do Império português, da Europa e do Ocidente moderno. A descoberta de ouro e pedras preciosas no coração do território sob domínio lusitano inaugurou uma vertiginosa migração de gentes vindas de toda a parte e a extração insaciável de minérios em rios, betas e montanhas das capitanias de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso.

Acompanha este processo um sofisticado aparelhamento fazendário que cuidou de converter a riqueza em receitas para o Estado português através de impostos, taxas e regulamentações diversas. Da mesma forma, as instituições fazendárias cuidariam de gerenciar e registrar os gastos com a manutenção da burocracia necessária ao bom governo dos povos: justiça, fazenda, igreja e defesa. O esforço pelo controle permanece após a superação da condição colonial. O Estado nacional criado em 1822 manterá o rígido controle das receitas e despesas das províncias do Império brasileiro.

A despeito de sua história, a documentação padeceu de grande abandono, situação revertida por diversas iniciativas desde os anos 1970, e aceleradas nos últimos 5 anos.

O Arquivo Público Mineiro possui 926 códices das Juntas de FAzenda e 14.472 autos administrativos fiscais, organizados, catalogados e microfilmados. A Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional dispõe de autos de confiscos e correspondência administrativa dos contratos armazenados em 4 arcazes. Ainda este ano estarão concluindo o inventário dos documentos, planejando a microfilmagem e digitalização do material e a publicação de um inventário analítico.

O Arquivo Nacional desde dezembro de 2003, em pareceria com a BN, Unesco, Fapemig e Faperj, passou a organizar seu acervo, que concentra 60% do conjunto "Casa dos Contos".

No Arquivo Nacional está concentrado a parte mais volumosa da Coleção, formada em 1913[?] com a transferência do acervo até ali guardado no edifício da Casa dos Contos. Há ali algo como 4200 códices em 260 caixas e mais 300 latas de papéis avulsos em maços.

Há nitidamente dois blocos que, de certo modo, constituem documentos de natureza diversa: os códices e os avulsos. Dentre os códices, como designamos os manuscritos encadernados em forma de livro, chamo a atenção para os volumes com a arrecadação do quinto do ouro nos anos de 1710, quando a capitania engatinhava. Riquíssimo é o material

sobre a administração dos contratos, quando a coroa arrendava a particulares a cobrança dos direitos régios, como o dízimo, as entradas e as passagens. Nestes códices se conhece desde a cobrança das pequenas roças ou dos comerciantes que cruzavam as contagens, até a outra ponta do fio, onde os grandes arrendatários se mostravam inadimplentes em cumprir o pagamento anual que fora estipulado pela coroa. Pelo seu aspecto visual, existem aí os mapas de rendimentos gerais, que conseguem apresentar com recursos gráficos requintadíssimos cada tributo pago e despesa feita ao longo do ano. Certo destaque pode ainda ser dado aos livros das derramas, realizadas antes da fatídica Inconfidência. O exame delas mostra que eram cobradas com mais suavidade que se imagina.

O grupo dos documentos avulsos, sobretudo no acervo do Arquivo Nacional, é de fato surpreendente. Nesse material chega a haver um excesso de surpresas. O inusitado fica por conta da documentação sobre os presídios em Minas, situados nas fronteiras com grandes contingentes militares. Há ainda inumeráveis listas das cargas que os comerciantes levavam para Minas, onde se vê toda a sorte de gêneros que a população consumia. A quantidade de tecidos era imensa e variada, desde já despertando para a existência de um grande mercado de trabalho para costureiras e tecelãs. O volume de "remédios" importados é também surpreendente, assim como canivetes, livros de orações, ferramentas. Nunca havia visto por exemplo tantos detalhes sobre salários, condição dos trabalhadores, preços e materias primas dos ofícios mecânicos, sobretudo aqueles ligados à construção. As chamadas "folhas", eclesiásticas, civis e militares permitem que se conheça a estrutura da religião, do ensino, dos postos militares.

Importante destacar que as maiores surpresas ficarão por conta de documentos que nada tem a ver com fiscalidade - ali se encontram registros sobre práticas médicas nos quartéis, contatos com populações ameríndias, mercado de trabalho de ofícios mecânicos...

A comunidade de pesquisadores de história econômica, demográfica e social devotada à época colonial encontra-se até o presente irremediavelmente privada do mais importante acervo de informações no que se refere as regiões de mineração (além de Minas Gerais, há documentação sobre Bahia, Mato Grosso e Goiás) que sustentaram a economia do Império português e do Brasil. Não seria nenhum exagero afirmar que nessa Coleção repousam muitas das respostas que os investigadores vêm buscando a respeito dos fluxos de comércio, índices de população, escravidão, sistema de preços, organização do sistema fiscal, consumo e mercado de trabalho, produção agrícola, descaminhos e contrabando, situação das elites econômicas, técnicas de trabalho, economia urbana e rural, ação dos contratadores de impostos, assim como as estruturas religiosas, militares e de ensino.

Engana-se porém aquele que supõe tratar este acervo exclusivamente de matéria fiscal, contábil e administrativa. Coexistem valiosas e inusitadas referências sobre a cultura estabelecida na Idade do Ouro do Brasil. Em seus documentos avulsos e códices localizam-se referências à cultura material da população, sua religiosidade, funcionamento da justiça, dispersão dos presídios e seu cotidiano, práticas médicas e curativas, vestuários, devassas de contrabando de ouro e pedras preciosas, contato com as populações indígenas, dentre muitas outras.

Encontram-se ali uma avassaladora variedade de documentos concentrados desde os tempos da capitania à formação e consolidação da província de Minas Gerais, isto é, da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX. Poucas vezes se encontra em um acervo tamanho suporte para pesquisas sobre demografia, economia, urbanização, escravidão, família e administração.

A relação é de tirar o fôlego. Autos de confisco, relações de pagamentos, ordens e alvarás, correspondência, requerimentos, registros de crédito, rendimentos e lançamentos, direitos de entradas e passagens, subsídio voluntário, exportação de gêneros para fora de Minas Gerais, receita e despesa de moedas, remessas feitas em ouro em pó, permuta do ouro, créditos de dízimos, Caixa da Administração da Real Extração de Diamantes, subsídio de carnes e aguardentes, registro de ordens, guias e ofícios, décimas de casas, de heranças e legados, conhecimentos impressos, despesas da Casa do Troco do Cobre, registro do ouro, lista de bilhetes, Bula da Santa Cruzada, imposto do selo, compra e venda de escravos, relação de escravos fugitivos, mortos e inválidos, aluguel de escravos pela Real Extração de Diamantes, recibos por escravos confiscados e venda de escravos capturados, folha de pagamento de funcionários da capitania, cartas, instruções e ordens régias, arrematação de contratos e registros de rendimentos de diversos impostos (dízimos, direitos de entrada e de passagem, ofícios de justiça e fazenda e seus donativos, quinto do ouro e capitação de escravos, subsídios voluntário e literário, etc...).

A documentação que forma um dos mais impressionantes testemunhos da pulsão econômica, social, populacional de Minas Gerais permanece, todavia, desconhecida e inacessível para os pesquisadores.